

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.778.705 - SP (2020/0276139-4)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : FERNANDO GOES GROSSO
ADVOGADO : EDSON EDMIR VELHO E OUTRO(S) - SP124530
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
INTERES. : JOSUE ERALDO DA SILVA
ADVOGADO : ADELMO DA SILVA EMERENCIANO E OUTRO(S) - SP091916
INTERES. : SÉRGIO LUIS GONÇALVES
ADVOGADO : MARCIO CARVALHO DE SA - RJ156115

DECISÃO

Cuida-se de agravo apresentado por FERNANDO GOES GROSSO contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "c" da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim resumido:

AGRAVO DE INSTRUMENTO Improbidade administrativa Promotor de justiça - Decisão recorrida que indeferiu a justiça gratuita e recebeu a petição inicial Insurgência Descabimento - Justiça gratuita Ainda que em disponibilidade, haja vista o subsídio do agravante, não é crível que ele não possua condições financeiras de arcar com os encargos do processo Manutenção do indeferimento da benesse Ilegitimidade do Procurador Geral de Justiça para propor ação de improbidade administrativa contra membro do Ministério Público Inexistência - Ação visando à perda do cargo, de membro vitalício do Ministério Público, que não se confunde com a ação civil pública por ato de improbidade administrativa Incidência do artigo 116, incisos V e IX, da Lei Complementar Estadual nº 734/93 - Ação Direta de Inconstitucionalidade ADI nº 1285/SP - Decisão da Corte Suprema que retirou do Procurador Geral de Justiça a atribuição exclusiva para o ajuizamento da ação civil de improbidade administrativa em face de Promotor de Justiça, não o excluindo de tal competência Ilegitimidade rejeitada Decisão recorrida que não carece de fundamentação, a justificar sua nulidade Inconstitucionalidade material da Lei nº 8429/92 afastada - Recebimento da petição inicial - Na fase de recebimento da petição inicial da ação civil de improbidade administrativa, não é necessário o exame meritório exauriente acerca dos elementos fático-probatórios dos autos, prevalecendo o princípio *in dubio pro societate* - Petição inicial que descreve, de forma clara, o suposto ato ímprobo praticado pelo agravante, calcado em

inquérito civil com prova oral, documental, quebra de sigilo bancário, e interceptação telefônica - Indícios de ato ímprobo a justificar o processamento da demanda de origem Precedentes Decisão mantida Recurso não provido (fl. 287).

Quanto à primeira controvérsia, pela alínea "c" do permissivo constitucional, alega divergência de interpretação do art. 4º da Lei n. 1.060/50, no que concerne à gratuidade de justiça, trazendo os seguintes argumentos:

O acórdão guerreado não apresentou como fundamento argumento qualquer que não o vencimento do recorrente - pouco mais de 8000 -, e - não se pode esquecer -, que não é crível que com esse vencimento não teria como custear sua defesa. Veja que o acórdão paradigma é firme a apontar que necessária a apresentação de elemento objetivo a infirmar a declaração de pobreza, não se prestando a tanto a renda do requerente para indeferimento (fl. 315).

Quanto à segunda controvérsia, alega validade de lei local contestada em face de lei federal e da Constituição Federal, no que concerne à ilegitimidade *ad processum* do Procurador Geral de Justiça e ausência de fundamentação válida.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Quanto à primeira controvérsia, na espécie, não é cabível a interposição de recurso especial fundado em dispositivo não vigente de lei federal, seja em razão de a questão fática ou jurídica ter surgido após a sua revogação, seja por ser anterior à sua entrada em vigor.

Nesse sentido: REsp 1.425.740/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 03/02/2016; AgRg no AREsp 605.044/SP, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 11/02/2015; REsp 726.446/PE, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 29/04/2011.

Ademais, o acórdão recorrido assim decidiu:

No que diz respeito ao pleito de concessão da gratuidade de justiça, após a determinação contida na decisão de fls. 206/215, o requerido/agravante acostou aos autos de origem cópia das 03 (três) últimas declarações de imposto de renda, bem como demonstrativos de pagamento, como forma de demonstrar sua incapacidade financeira para o custeio dos encargos processuais (fls. 5766/5779 autos originários).

Pois bem.

Prevê o artigo 98, caput, do novo Código de Processo Civil:

[...]

O artigo 99, do referido diploma legal, estabelece, por sua vez, em seus §§ 2º e 3º, que:

[...]

Extrai-se do Estatuto Processual Civil que, para a concessão da justiça gratuita, presume-se verdadeira a alegação de insuficiência pela pessoa natural, até prova em contrário, bem como que o magistrado, antes de indeferir o pleito, deve determinar a comprovação dos pressupostos legais para a concessão.

Na espécie, ainda que o agravante seja Promotor de Justiça em disponibilidade, não é crível que o agravante, que, conforme demonstrativos de pagamento acostados a fl. 5777/5779 dos autos originários, percebe valor líquido da ordem de mais de R\$ 8.300,00 (oito mil e trezentos reais), não tenha condições de arcar com os encargos processuais, sem o prejuízo de seu sustento ou de sua família, motivo pelo qual deve ser mantido o indeferimento da justiça gratuita (fls. 288/289).

Assim, no que concerne à controvérsia debatida nos autos, na espécie, não foi comprovado o dissídio jurisprudencial, uma vez que inexistente a necessária similitude fática entre o acórdão recorrido e o paradigma indicado, que não decidiu a questão com base nas mesmas circunstâncias acima delineadas.

Nesse sentido, o STJ decidiu: "Quanto à apontada divergência jurisprudencial, observa-se que os acórdãos confrontados não possuem a mesma similitude fática e jurídica, uma vez que, enquanto o acórdão recorrido trata da prescrição quanto à indenização pela demora injustificada na concessão de aposentadoria, os acórdãos paradigmas cuidam do termo inicial da prescrição para requerer a conversão de licença-prêmio não gozada em pecúnia". (AgInt no REsp 1.659.721/SC, relator Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe de 29/5/2020.)

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AREsp 1.241.527/RS, relator Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe de 26/3/2019; AgInt no AREsp 1.385.820/RS, relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, DJe de 2/4/2019; AgInt no AREsp 1.625.775/RS, relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, DJe de 25/6/2020.

Quanto à segunda controvérsia, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que não houve a indicação do permissivo constitucional autorizador do recurso especial, aplicando-se, por conseguinte, a referida súmula: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".

Isso porque, conforme disposto no art. 1.029, II, do CPC/2015, a petição do recurso especial deve conter a “demonstração do cabimento do recurso interposto”.

Sendo assim, o recorrente, na petição de interposição, deve evidenciar de forma explícita e específica em qual ou quais dos permissivos constitucionais está fundado o seu recurso especial.

Esse entendimento possui respaldo em jurisprudência desta Corte Superior de Justiça, que no julgamento do AgInt no AREsp 1.479.509/SP, relator Ministro Francisco Falcão, assim definiu:

PROCESSO CIVIL. ADMINISTRATIVO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. INCIDÊNCIA POR ANALOGIA DO ENUNCIADO N. 284 DA SÚMULA DO STF. DEFICIÊNCIA RECURSAL. ART. 1.029 DO CPC/2015. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO VIOLADO. PRETENSÃO DE REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 7 DA SÚMULA DO STJ.

[...]

II - Na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que não houve a correta indicação do permissivo constitucional autorizador do recurso especial, aplicando-se, por conseguinte, a referida Súmula: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".

III - Conforme disposto no art. 1.029, II, do CPC/2015, a petição do recurso especial deve conter a "demonstração do cabimento do recurso interposto". Sendo assim, o recorrente, na petição de interposição, deve evidenciar de forma explícita e específica em qual ou quais dos permissivos constitucionais está fundado o seu recurso especial, com a expressa indicação da alínea do dispositivo autorizador. Este entendimento possui respaldo em antiga jurisprudência desta Corte Superior de Justiça, que assim definiu: "O recurso, para ter acesso à sua apreciação neste Tribunal, deve indicar, quando da sua interposição, expressamente, o dispositivo e alínea que autoriza sua admissão.

[...] (Segunda Turma, DJe de 22/11/2019.)

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: AgInt no AgInt no AREsp n. 1.015.487/RJ, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 2/8/2017; AgRg nos EDcl no AREsp n. 604.337/RJ, relator Ministro Ericson Marinho (desembargador convocado do TJ/SP), Sexta Turma, DJe de 11/5/2015; e AgRg no AREsp n. 165.022/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Quinta Turma, DJe de 3/9/2013; AgRg no Ag

Superior Tribunal de Justiça

205.379/SP, relator Ministro José Delgado, Primeira Turma, DJ de 29/3/1999.

Ademais, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que não há comprovação de que a Corte *a quo* tenha homenageado ato de governo local em detrimento de lei federal, aplicando-se, por conseguinte, o referido enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido: “O recurso especial, com fundamento no art. 105, inciso III, alínea “b”, da Constituição, exige do recorrente a demonstração de ter o acórdão impugnado julgado válido ato de governo local contestado em face de lei federal, hipótese não ocorrente, todavia, no presente caso. Atraída a incidência da Súmula n. 284/STF”. (AREsp n. 1.685.830/RS, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 25/6/2020.)

Confiram-se ainda os seguintes precedentes: AREsp n. 1.621.544/RS, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 13/5/2020; AgRg no REsp n. 262.687/SP, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 29/5/2019; AgInt no AREsp n. 1354353/SP, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe de 6/3/2019; e AgInt no REsp n. 1.417.814/SC, relator Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe de 8/10/2018.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente